

## RELATÓRIO DA PESQUISA CURRÍCULO DO ENSINO SUPERIOR E ENVELHECIMENTO HUMANO

Delcio Antônio Agliardi<sup>1</sup>

### APRESENTAÇÃO

O Fórum Gaúcho do Ensino Superior sobre Envelhecimento Humano é uma iniciativa de 16 universidades, públicas e comunitárias<sup>2</sup>, instaladas no estado do Rio Grande do Sul. Criado no ano de 2000 tem como objetivos: (a) articular ações comuns no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão voltadas à pessoa com 50 anos de idade ou mais; (b) promover conhecimento, através de espaço coletivo interdisciplinar de troca de informações e saberes; (c) propiciar o desenvolvimento da autonomia e do protagonismo dos sujeitos que envelhecem.

É um espaço que possibilita ainda a troca de conhecimentos e informações sobre os programas de extensão destinados à educação permanente, formal e não formal da pessoa idosa, em consonância com o que prevê o Estatuto do Idoso, Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, e a obrigatoriedade das instituições de ensino superior de oferecer cursos e programas de extensão aos idosos (Lei 13.535, de 2017), tanto presenciais como a distância, constituídos por atividades formais e não formais. Importante ressaltar que o artigo 25 do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) já estabelece que o Estado precisa apoiar a criação de universidades abertas para idosos, além de incentivar a publicação de livros e periódicos de conteúdo e padrão editorial adequados a essa faixa etária, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual nessa idade.

Especificamente na área da pesquisa, o Fórum vem desenvolvendo projetos para a

---

<sup>1</sup> Coordenador da Pesquisa, coordenador do Programa UCS Sênior. Tem doutorado em Letras e mestrado em Educação. Professor da Área do Conhecimento de Humanidades da Universidade de Caxias do Sul.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Rio Grande (FURG), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Universidade de Caxias do Sul (UCS), Universidade de Santa Cruz (UNISC), Universidade de Ijuí (UNIJUI), Universidade de Passo Fundo (UPF), Universidade Católica de Pelotas (UCPel), Pontifícia Universidade Católica (PUC), Universidade La Salle (UNILASALLE), Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES).

produção, sistematização e socialização do conhecimento acerca de assuntos relacionados à temática do envelhecimento e ensino superior. No período de 2013 a 2015, sob a coordenação da profa. Silvia Virginia Coutinho Areosa (UNISC), e com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGRS) realizou o projeto de pesquisa “pensando o envelhecimento: estudo dos cenários das IES do RS”. Os resultados da pesquisa mostram que gestores, professores e demais profissionais que atuam no ensino superior reconhecem a relevância do assunto, porém distante do cotidiano universitário.

No período de 2017 a 2018, tendo como coordenador o Prof. Dr. Delcio Antônio Agliardi (UCS), realizou-se a pesquisa “o currículo do ensino superior e o envelhecimento”, com o objetivo de “identificar e analisar como os currículos das diversas graduações do ensino superior têm incluído nas disciplinas a abordagem do envelhecimento para a formação inicial de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento”.

A equipe da pesquisa, além do Prof. Dr. Delcio Antônio Agliardi, foi composta pelo Prof. Dr. Marco Aurélio Acosta (UFSM), Profa. Dra. Silvia Virginia Coutinho Areosa (UNISC), Profa. Dra. Eliane J. Blessmann (UFRGS), Profa. Dra. Adriana Schüller Cavalli (UFPEl), Prof. Dr. Marcio Alessandro Cossio Baez e Profa. Dra. Graziela Morgana Silva Tavares (UNIPAMPA).

A pesquisa pode ser compreendida como uma atitude empreendedora e é uma função social da universidade. Por isso, analisar e compreender a arquitetura dos currículos do ensino superior para a formação inicial de profissionais que irão atuar nas políticas e práticas de atenção ao idoso se mostra potencial.

## **INTRODUÇÃO**

Este relatório tem a finalidade de apresentar os resultados da pesquisa “O currículo do ensino superior e o envelhecimento humano”, desenvolvida no período de 2017-2018, junto a uma amostra de 16 instituições do ensino superior instaladas no estado do Rio Grande do Sul, tipificadas como de iniciativa pública ou comunitária. A amostra foi construída por intermédio de questionários estruturados com pró-reitores, coordenadores e professores dos cursos de graduação dessas instituições. A análise e as discussões sobre os dados de campo estão estruturadas em diálogo com uma teoria de currículo do ensino superior, com as políticas de currículo e as diretrizes políticas e pedagógicas de cursos de graduação. O texto está estruturado de forma a apresentar o escopo do projeto de pesquisa, a introdução, a revisão

de conceitos, a construção do *corpus* de pesquisa, os resultados, as referências e os apêndices.

Os dados construídos no campo foram disponibilizados aos membros do Fórum com a intenção de produzir outras comunicações em periódicos ou em eventos acadêmicos, buscando diálogo com a comunidade acadêmica e pessoas interessadas no assunto. O estudo também poderá servir de base para as discussões internas das instituições na construção do currículo para a formação inicial de profissionais que irão atuar no segmento idoso.

## **1 INTERESSES, PREOCUPAÇÕES E PERCURSOS DA INVESTIGAÇÃO**

O projeto de pesquisa “Currículo do ensino superior e envelhecimento” surgiu das preocupações do Fórum e seus representantes acerca da formação dos profissionais que no futuro irão trabalhar com a pessoa idosa. Historicamente as áreas de Humanidades, da Vida, das Ciências Sociais, por exemplo, dedicaram-se a pensar e a fazer um currículo de graduação para atender as demandas do campo materno-infantis, na medida em que o tema da infância era emergente. A revolução da longevidade impactou também o ensino superior, quando da emergência de questões ligadas a geriatria e a gerontologia. Os conselhos de profissionais, espalhados pelo País, criaram estratégias e espaços de diálogo sobre o tema do envelhecimento.

No campo das políticas públicas e do incremento das questões envolvendo as novas legislações de direitos humanos, o assunto envelhecimento passa a ocupar espaço na agenda de trabalho do ensino superior. Como disseram Neri e Jorge (2006) “à medida que cresce a população idosa no Brasil, aumentam as demandas de prestação de serviços, pesquisa e políticas públicas, abrindo-se novos espaços ocupacionais” (p. 129), daí a responsabilidade das instituições na formação de profissionais qualificados.

Poderíamos dizer que o envelhecimento humano é hoje um campo e uma problemática. Um campo porque envolve diferentes práticas, sujeitos, instituições e trabalhadores da educação, da saúde, da assistência social, do direito, da psicologia, do serviço social, entre outros. Um problema à medida que o ensino superior amplia o horizonte da pesquisa *latu e stricto sensu* tendo o envelhecimento humano ocupado a agenda dos pesquisadores.

A Universidade tem se mostrado um *locus* interessante para ecoar os impactos das mudanças demográficas das últimas décadas, e assim tem sido desde os anos 70:

Foi nos departamentos e nos espíritos empenhados em transpor o fosso que separava

a universidade da sociedade, bem como nos envolvidos no repensar da relações entre as duas instâncias que primeiro medrou a ideia de acolher os mais velhos. Nasciam as Universidades da Terceira Idade, aparentadas, sim, com antigas iniciativas de proporcionar alfabetização, informações sobre saúde, educação religiosa e educação para o trabalho a adultos de alguma forma desfavorecidos pelo sistema educacional, mas singulares no sentido de que amparavam os direitos e contemplavam as possibilidades de educação, bem estar, produtividade e engajamento social de um segmento até então relegado ao esquecimento que precede a morte. (CACHIONI & AGUILAR, 2008, p. 238)

Os pesquisadores das 16 instituições de ensino superior do RS, articulados ao trabalho que o Fórum possibilita, definiram em 2016 que o assunto do currículo de graduação voltado ao envelhecimento deveria ser objeto de investigação, reafirmando a sua preocupação com a formação profissional do aluno nas questões do envelhecimento que já fora temática do II Fórum Gaúcho das Instituições de Ensino Superior com ações voltadas ao envelhecimento, realizado em Santa Maria no ano de 2002 (BLESSMANN *et al*, 2015). Entre os problemas de pesquisa mais evidenciados nas reuniões do Fórum, os seguintes questionamentos foram realizados: Qual o espaço que o currículo da graduação tem para a temática? Quais cursos de graduação pautam a temática na formação inicial dos novos profissionais? Quais referenciais teórico-metodológicos estão presentes nos planos de ensino? Qual é arquitetura das disciplinas de graduação em termos da abordagem multidisciplinar da temática? O que pensam os pró-reitores acadêmicos, os coordenadores e os professores de cursos de graduação das 16 instituições do Fórum acerca da temática?

Neste contexto, foi definido o problema de pesquisa como sendo: Qual estrutura curricular está disponível nos cursos de graduação para a formação profissional na perspectiva do envelhecimento humano? Foram levantadas três hipóteses iniciais, as quais se interconectam com o problema de pesquisa e serviram de suporte à pesquisa: (1) Os planos curriculares dos cursos de graduação pouco se preocupam com a formação inicial de profissionais para o atendimento multi e interdisciplinar sobre a pessoa idosa. (2) O currículo do ensino superior vem sofrendo alterações, inclusões de novos espaços, tempos e saberes para a formação de profissionais que irão atuar com a pessoa idosa. (3) Os cursos de graduação estão se adequando para cumprir o que determina a Política Nacional do Idoso para a inclusão de disciplina específica nos currículos sobre a temática do envelhecimento.

O estudo realizado tem base no método exploratório, de natureza qualitativa. Para a construção dos dados empíricos realizou-se uma pesquisa por amostra intencional, abrangendo pró-reitores, coordenadores e professores de cursos de graduação de 16 Universidades e delineamento descritivo, sendo uma pesquisa comparativa com um corte

transversal coletado de forma prospectiva em uma amostra composta pelos currículos dos diversos cursos de graduação dessas Universidades onde especificamente esteja lotado algum representante do Fórum Gaúcho do Ensino Superior sobre Envelhecimento Humano.

Os dados da amostra foram construídos por meio de questionário estruturado, em suporte digital do *Google Docs*, e preenchido voluntariamente pelos pró-reitores, coordenadores e professores de cursos de graduação. Para a realização da análise descritiva, de frequência, utilizou-se técnica de tratamento estatístico simples, visando um aproveitamento dos dados construídos e que necessitam ser interpretados. Este estudo partiu das realidades concretas de cada Instituição envolvida com o Envelhecimento Humano no âmbito acadêmico e, perpassa a diversidade das mesmas, estabelecendo como ponto de chegada, possibilidades inovadoras de transformação e expansão de tais realidades. A amostra, construída por conveniência e intencionalidade, adotou como critério as IES instaladas no RS.

Na análise dos dados optou-se pela categorização e classificação das áreas de conhecimentos, tipologia das disciplinas. A partir da localização da disciplina do curso de graduação procedeu-se a análise de modo a compreender em que área se localiza, a carga horária e o caráter da disciplina (obrigatória ou optativa).

## **2 REVISÃO DE CONCEITOS**

As discussões contemporâneas das ciências abrem uma reflexão epistemológica que tem colocado em pauta o currículo e o envelhecimento, as temáticas imbricadas no pensar e no fazer educação, bem como as noções de habilidades e de competências que devem compor o perfil do estudante egresso dos cursos de graduação na perspectiva de aplicação no mundo do trabalho.

A Teoria do Currículo e o Envelhecimento Ativo representam discussões recorrentes no momento histórico de mudanças demográficas que afetam o currículo do ensino superior e, conseqüentemente, a formação inicial do estudante para o ingresso ou qualificação profissional. A expansão da investigação, a busca por novos conhecimentos, novos campos de pesquisa têm provocado um exuberante surgimento de novas teorias.

Silva (1999), ao dissertar sobre currículo, aponta que nem sempre as definições são efetivas, denotando mais aquilo que “uma teoria pensa o que o currículo é”. Nessa perspectiva, temos teorias “tradicionais”, “críticas” e “pós-críticas” trazendo seu “pensar”

sobre currículo, cada qual com seus acertos e limitações. Define então o autor: “O currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo” (1999, p. 15).

De forma semelhante Grundy (apud Sacristán) afirma que:

o currículo não é um conceito, mas uma construção cultural, isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente à experiência humana. É, antes, um modo de organizar uma série de práticas educativas (2000, p. 14).

Esse conceito nos faz refletir sobre o atual momento relativo aos estudos do envelhecimento, já que sua visibilidade nunca foi tão elevada, graças aos diversos atores sociais envolvidos como anuncia Debert, os “gerontólogos”, “as pessoas de mais idade” e a “mídia” (1999: 16). Refletir sobre como organizar nossas práticas educativas no ensino superior, preparando profissionais para um novo cenário brasileiro onde a velhice tem mais visibilidade, deve dar um novo rumo ao trabalho nas Universidades.

Abordar a relação educação e envelhecimento no presente caso situada no ensino superior, nos remete à discussão sobre a assim chamada “gerontologia educacional”. De acordo com Doll (2008) esse campo novo teve sua origem em artigo escrito por David A. Peterson em 1976 na revista *Educational Gerontology*, e teve seus aspectos assim apresentados:

1. Atividades educacionais voltadas para pessoas com meia-idade ou idosos;
2. Atividades educacionais para um público geral ou específico sobre envelhecimento e pessoas idosas, e
3. Preparação educacional para pessoas que trabalham ou pretendem trabalhar em relação a pessoas idosas como profissionais ou de forma profissional (2008:15)

Analisando os três aspectos apresentados, percebe-se que as Universidades que compõem o Fórum Gaúcho, em maior ou menor grau, desenvolvem ações em suas dimensões, nos levando a compreender a magnitude da inserção das Instituições de Ensino Superior no imaginário gaúcho, e seu potencial transformador junto àqueles que nasceram antes nós.

A polifonia conceitual se abre para termos como velho, velhice, idoso, melhor idade, terceira/quarta idade, os quais, geralmente, são vistos como sinônimos. Ao longo do processo histórico, as representações sociais da velhice mudaram significativamente. Arruda (2007) afirma que no Oriente a representação de ancião é diferente do Ocidente, pois a eles eram

destinadas as decisões importantes dos grupos sociais, especialmente nos destinos políticos. Na figura do filósofo Confúcio, na antiga China, a família deveria atender e obedecer “o elemento mais idoso” da família visto que esta pessoa, respeitada e glorificada pela família e sociedade, possuía um acúmulo de sabedoria. Na iconografia dos séculos XIV a XVII, segundo Ariès (1981), o velho era representado pela sabedoria, onde em um afresco podia-se ver “o velho sábio barbudo vestido segundo a moda antiga, diante de sua escrivaninha, perto da lareira” (p. 39). Neste caso, ressalta o autor que, “as idades da vida não correspondiam apenas a etapas biológicas, mas a funções sociais” (p. 39) onde o estudo era uma ocupação dos velhos.

Entretanto, passados os anos, os idosos são estereotipados e marginalizados. Segundo Ariès, em uma conhecida enciclopédia da idade média, que compilava conhecimentos diversos e muito antigos, já descrevia a velhice como um período de decrepitude física e mental. Assim como a infância, “a velhice é uma construção social antiga e aparece descrita como uma fase peculiar da vida, normalmente associada a características negativas” (ARIÈS, 1978, p.37 citado por ROZENDO e JUSTO, 2011).

Ariès (1981) em sua interpretação das sociedades tradicionais evidenciou que nem sempre a iconografia da velhice a representa como decrepitude, até mesmo porque a velhice começava cedo na sociedade antiga: “a velhice começa com a queda dos cabelos e o uso da barba [...] (p. 47)”. Porém, para o autor, a França antiga não respeitava a velhice representada nos séculos XVI e XVII pela decrepitude. Assim, ele conclui que o desprezo pela velhice, de um lado, ou, de outro, o desaparecimento da velhice, ao menos como degradação, exprimem a reação da sociedade diante da duração da vida.

Se hoje, o ancião desapareceu, substituído por imagens de senhores e senhoras bem conservados, sob o enfoque biológico a velhice, segue sendo uma etapa da vida caracterizada pelas alterações físicas e mentais. Por muito tempo no discurso da Gerontologia à velhice foi vista “[...] como ‘problema ou doença’, reforçando atitudes negativas, estereotipadas e preconceituosas em relação ao idoso” (OLIVEIRA, OLIVEIRA E SCORTEGAGNA, 2012, p.11, citado por OLIVEIRA, SCORTEGAGNA, SILVA, 2017).

A partir da década de 60 é que a sensibilidade e o olhar das pessoas das sociedades urbanas começaram a mudar em relação às pessoas mais velhas. De acordo com Silva (2008, p.163):

O termo ‘velho’ estava fortemente associado aos sinais de decadência física e incapacidade produtiva, sendo utilizado para designar de modo pejorativo, sobretudo, os velhos pobres. A partir da década de 60 o termo começa a desaparecer da redação dos documentos oficiais franceses, que passam a substituí-lo por ‘idoso’, menos es-

tereotipado. Ao mesmo tempo, o estilo de vida das camadas médias começa a se disseminar para todas as classes de aposentados, que passam a assimilar as imagens de uma velhice associada à arte do bem viver. Surge o termo ‘terceira idade’ que torna pública, estabiliza e legitima a nova sensibilidade investida sobre os jovens e respeitados aposentados. Parece claro a contribuição decisiva dessa nova denominação para criação e difusão de uma nova e positiva imagem da velhice.

Na França, país com longa tradição na educação de adultos, foi onde se registra o surgimento da expressão “Terceira Idade” em uma de suas Universidades voltada ao envelhecimento ativo. A “Universidade do Tempo Livre” foi criada como um programa pioneiro para os aposentados oportunizando uma maior ocupação aos mesmos, estimulando, assim, sua integração social (SILVA, 2017). Segundo Debert, o termo terceira idade serve “[...] para delimitar períodos das fases da vida e conferir identidades aos seus referentes. Estes recortes não são naturais ou inerentes à humanidade, sendo produzidos socialmente através de períodos históricos” (2009, citado por ROZENDO E JUSTO, 2011, p.144).

“Terceira Idade” é uma expressão que, recentemente, popularizou-se com muita rapidez no vocabulário brasileiro. Mais do que referência a uma idade cronológica, é uma forma de tratamento das pessoas de mais idade, que ainda não adquiriu conotação depreciativa. A expressão originou-se na França - país onde os primeiros gerontólogos brasileiros foram formados (STUCCHI, 1994) - com a implantação, nos anos 70, das “Universités du Troisième Age”. Da mesma forma, a expressão “third age”, de acordo com Laslett (1987), foi incorporada ao vocabulário anglo-saxão com a criação das “Universities of the Third Age” em Cambridge, na Inglaterra, no verão de 1981, e é hoje de uso corrente entre os pesquisadores de língua inglesa interessados na velhice.

O paradigma do Envelhecimento Ativo inicia sua longa caminhada no início da década de 80 quando a Organização das Nações Unidas (ONU) convoca a Primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento. Desse encontro se origina o Plano de Ação Internacional de Viena sobre o Envelhecimento que abarca temas como saúde, nutrição, habitação, meio-ambiente, bem-estar social, segurança, emprego, e educação entre outros. Decorridos exatos vinte anos, em 2002 a ONU promove a Segunda Assembleia Mundial das Nações Unidas sobre o Envelhecimento, em Madrid. Desse congresso derivam a Declaração Política e o Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento de Madrid (NAÇÕES UNIDAS, 2018). Neste mesmo ano foi também lançada uma publicação que serviu de base para os estudiosos da área do envelhecimento com o título “Active Aging: A Policy Framework” (WHOa, 2002). No idioma português seria “Envelhecimento Ativo: uma política de saúde” (WHOb, 2005).

Esse documento foi um marco primordial para que uma devida atenção e compreensão do envelhecimento fossem promovidas, uma vez que provocou, desde então, uma prolífica produção de investigações considerando a terceira idade. Já tem algum tempo que a sociedade tem se deparado com o Paradigma do Envelhecimento Ativo – atrelado à superação da marginalização do idoso e a substituição de estereótipos negativos atrelados à velhice (OLIVEIRA, SCORTEGAGNA, SILVA, 2017).

### **Currículo: um problema teórico complexo**

O conceito de “currículo” está no centro do debate sobre as reformas dos sistemas educacionais em escala global. O conceito de “envelhecimento ativo” se mostra potente para a formação humana na medida em que engloba diferentes dimensões da vida em sociedade”. Por isso, explicitamos uma posição teórica sobre esses conceitos.

Estudos de Jonnaert *et al* (2010) sobre a estabilização do conceito de currículo e utilizando-se de uma série de definições sintetiza como:

Um currículo é um conjunto de elementos com fins educativos que, articulados entre si, permitem a orientação e a operacionalização de um sistema educativo por meio dos planos de ações pedagógicos e administrativos. Ele está ancorado nas realidades históricas, sociais, linguísticas, políticas, econômicas, religiosas, geográficas e culturais de um país, de uma região ou de uma localidade. (JONNAERT, 2010, p. 37).

Os elementos de currículo apresentados nesta perspectiva teórica permitem compreender a relação do sistema de educação com as finalidades, num quadro complexo e permeado pelo contexto local, regional ou nacional. As noções de habilidades e competências no currículo do ensino superior estão presentes no contexto das reformas curriculares e das rupturas promovidas pelas novas formas de ensinar e aprender.

Na educação básica e no ensino superior, nas últimas décadas, estão em curso diretrizes gerais nacionais para orientar o currículo. A orientação estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) aponta no sentido de assegurar maior flexibilidade na organização de cursos e carreiras, atendendo à crescente heterogeneidade tanto da formação prévia como das expectativas e dos interesses dos alunos. Ressalta, ainda, a nova LDB, a necessidade de uma profunda revisão de toda a tradição que burocratiza os cursos e se revela incongruente com as tendências contemporâneas de considerar a boa formação no nível de graduação como uma etapa inicial da formação continuada.

O Congresso Nacional aprovou a Lei nº 13.535, de 15 de dezembro de 2017 que

altera o art. 25 do Estatuto do idoso, para garantir aos idosos a oferta de cursos e programas de extensão pelas instituições de educação superior. A nova redação passa a ser: “As instituições de educação Superior ofertarão às pessoas idosas, na perspectiva da educação ao longo da vida, cursos e programas de extensão, presenciais ou a distância constituídos por atividades formais e não formais”.

Contudo, a flexibilidade curricular, compreendida como uma proposta de organização de conteúdos, não se esgota na ampliação da oferta de disciplinas eletivas, nem se reduz ao aumento de carga-horária de disciplinas ou curso, pois isto não é suficiente para a obtenção de melhores resultados na formação acadêmica.

As novas diretrizes curriculares devem contemplar elementos de fundamentação essencial em cada área do conhecimento, campo do saber ou profissão, visando promover no estudante a capacidade de desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente. Deem incluir também as dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno atitudes e valores orientados para a cidadania.

### **Envelhecimento ativo: um conceito emergente**

Envelhecimento Ativo é um conceito emergente como resposta à mudança rápida nos indicadores demográficos e à ampliação da expectativa de vida ao nascer. Surge das posições assumidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma possibilidade entrelaçada com a saúde, a aprendizagem ao longo da vida, a participação e a segurança que afetam a vida da pessoa idosa, aspectos interdependentes e que se reforçam mutuamente.

As pessoas que envelhecem ativamente aproveitam as oportunidades ao longo da vida visando alcançar e melhorar a saúde, as relações familiares e sociais, desenvolver habilidades e competências. Cada pessoa tem potencial para desenvolver-se de forma integral ao longo da vida. A saúde é universalmente reconhecida como o requisito mais essencial para a qualidade de vida. A participação nas esferas de atividades humanas (trabalho, diversão, amor, amizade, cultura) tem potencial para gerar saúde física e mental. A aprendizagem ao longo da vida estimula novos projetos e gera novos conhecimentos. Quanto mais saudável e envolvido nestes aspectos, maiores as chances de se participação plena na sociedade.

O conceito de Envelhecimento Ativo pode ser definido de acordo com a atual perspectiva teórica de resiliência. O Envelhecimento Ativo depende de vários fatores para edificar a resiliência. Esses fatores são parcialmente individuais, mas também refletem o

contexto ambiental e social no qual a pessoa vive e envelhece.

#### 4 RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÕES

A construção dos dados empíricos da pesquisa se deu por amostra intencional, abrangendo as 16 universidades, públicas e comunitárias, do estado do Rio Grande do Sul, que integram o Fórum Gaúcho, com delineamento descritivo, sendo uma pesquisa comparativa de corte transversal e na forma prospectiva da amostra composta pelos currículos dos diversos cursos de graduação dessas instituições de ensino superior.

Soma-se a isso o critério da presença de representante de cada uma das instituições no Fórum Gaúcho e que tenha envolvimento nas ações dirigidas ao envelhecimento humano. A amostra construída teve a participação de pró-reitores acadêmicos, coordenadores e professores de cursos de graduação de 16 instituições de ensino superior do RS.

A quantidade de questionários respondidos está tabulada no quadro a seguir.

Quadro 1 – Questionários respondidos.

Respondentes	Número	Percentual
Pró-reitores	10	62,5%
Professores coordenadores de curso de graduação	124	18,1%
Professores de curso de graduação	122	17,8%

Fonte: Elaborada pelos pesquisadores a partir do instrumento de pesquisa

A distribuição das modalidades de oferta dos cursos de graduação está agrupada no quadro a seguir e mostra que o bacharelado ainda é a opção mais frequente (74%).

Quadro 2 – Modalidade de cursos

Modalidade	Número	Percentual
Bacharelado	92	74%
Licenciatura	22	17,9%
Tecnólogo	10	8,1%

Fonte: Elaborada pelos pesquisadores a partir do instrumento de pesquisa

Na estrutura curricular dos cursos de graduação, segundo informações dos coordenadores, das 124 disciplinas 119 oferecem integralmente ou parcialmente conteúdos programáticos voltados ao envelhecimento humano. As disciplinas principais estão agrupadas no quadro a seguir.

Quadro 3 – Disciplinas que tratam do tema envelhecimento humano

Disciplinas	Número
Saúde coletiva	5

Educação física e envelhecimento humano	5
Direito civil	4
Psicogerontologia	2
Fisioterapia e saúde do idoso	4
Nutrição no cuidado	2
Envelhecimento humano	2
Ética	2
Urbanismo	2
Toxicologia	2
Fisioterapia em geriatria e gerontologia	2
Microeconomia	2
Enfermagem clínica	2
Psicologia da saúde	2
Interfaces do envelhecimento	2
Teoria da administração	2

Fonte: Elaborada pelos pesquisadores a partir do instrumento de pesquisa

Presume-se que existem disciplinas compartilhadas com mais de um curso de graduação, sobretudo a partir da conjuntura das licenciaturas integradas e das opções de disciplinas não obrigatórios que os alunos podem optar para integralizar a grade curricular.

As respostas revelam que a abordagem das disciplinas que predomina é a interdisciplinar (63,8%) seguida da disciplinar (36,2%). Isso mostra que, ao poucos, o currículo do ensino superior vem abrindo espaço para o assunto. Sinaliza ainda que a flexibilidade curricular responde às necessidades da formação inicial do estudante. Ou seja, este cenário responde parcialmente à legislação da educação nacional para os cursos de graduação que requer abertura do currículo e da formação para a carreira do aluno diante do envelhecimento.

Quanto à oferta regular, obrigatórias ou eletivas, com conteúdos ou tópicos de conteúdo sobre o envelhecimento humano, os 124 coordenadores de cursos responderam que:

Quadro 4 – Oferta de disciplinas com conteúdos sobre envelhecimento

Disciplinas obrigatórias ou eletivas	Percentual
Sim	86%
Não	14%

Fonte: Elaborada pelos pesquisadores a partir do instrumento de pesquisa

As respostas às perguntas abertas do questionário sinalizam uma multiplicidade de fatores que importam para a formação do estudante de graduação. Para facilitar a leitura das respostas e a compreensão nominamos neste texto “PRA” para “Pró-Reitor Acadêmico” “CCG” para “Coordenador de Curso de Graduação” e “PCG” para “Professor de Curso de

Graduação”, seguido de numeral ascendente.

A inconsistência que ainda persiste na inclusão da temática do envelhecimento nos currículos é uma realidade brasileira como pode ser verificado através de outros estudos. Xavier e Koifmann (2011) preocuparam-se em pesquisar a formação profissional em saúde com foco no envelhecimento. Analisaram a grade curricular de 8 cursos de graduação na área da saúde da Universidade Federal Fluminense constatando que em relação às disciplinas obrigatórias, encontraram somente as de Enfermagem na Saúde do Adulto e do Idoso I e II, Medicina Integral do Adulto e do Idoso I, II, III e IV. Conforme nome e conteúdo das mesmas observaram que suas ementas não tratavam especificamente do velho, o que possibilita concorrência entre as faixas etárias a serem abordadas. Conteúdos de gerontologia eram proporcionados somente na modalidade de disciplinas optativas, e desta forma, segundo os autores, existe a possibilidade de não serem oferecidas em um determinado momento da história do curso.

Para além da área da saúde Neri e Jorge incluíram o curso de Pedagogia em seu estudo que, segundo as autoras, “nasceu da preocupação com a responsabilidade da universidade pela formação de recursos humanos qualificados para atender a velhice (...)” (2006, p. 129). A pesquisa envolveu 525 alunos dos cursos de Enfermagem, Educação Física, Medicina e Pedagogia. Dos dados da pesquisa destacaram que os alunos dos cursos de Enfermagem, Educação Física e Medicina tiveram disciplinas teóricas e práticas e mostraram conhecer mais sobre os aspectos físicos, psicológicos e sociais do envelhecimento do que os da Educação que nunca participaram de nenhuma disciplina. Concluíram as autoras que o conhecimento para lidar com idosos não provem do senso comum, assim como a intuição não é suficiente, reafirmando a necessidade de informação específica, responsabilidade da universidade durante a formação, o que vem ocorrendo de forma assistemática, ou seja, os conteúdos sobre velhice ainda não fazem parte de todos os currículos.

### **Importância do assunto envelhecimento na visão de gestores acadêmicos**

Na percepção de dez (10) pró-reitores acadêmicos que responderam o questionário de pesquisa, a temática “envelhecimento humano” vem ganhando espaço no ensino superior em razão da revolução da longevidade e dos cenários dos novos sêniores. O quadro a seguir apresenta um extrato das percepções mais significativas e que contribuem para o estudo em questão:

Quadro 5 – Percepção dos pró-reitores acadêmicos

Resposta de	Percepção
PRA1	Com o aumento da longevidade e com a necessidade de preparação do Estado e da família para acolher as necessidades desta população, os diversos profissionais, e eu diria todas as profissões, devem desenvolver estratégias de atendimento/atenção ao idoso. É essencial para a formação de futuros profissionais.
PRA2	Precisamos estar atentos à longevidade e, principalmente, prepararmos os nossos estudantes para este campo profissional. E, sobretudo, não podemos esquecer que a formação humanista deve ter em conta a nossa capacidade de reconhecer importância das fases pós-adultas e a qualidade de vida neste período.
PRA3	Cada vez mais a população tem vida longa. Pensar em formar profissionais que saibam trabalhar nessa área certamente é fundamental. Os cursos que revisam seus Projetos Pedagógicos precisam incluir isso em sua construção.
PRA4	Embora tenhamos apenas três cursos com disciplinas específicas, temos outras disciplinas que apresentam conteúdos voltados às questões do envelhecimento, como o caso dos Direitos Humanos, da Sociologia. Acreditamos ser importante a oferta de disciplinas voltadas ao envelhecimento em razão de ser uma questão social da sociedade contemporânea.
PRA5	O aumento populacional deste segmento, já previsto em estudos e vivenciado no cotidiano, reflete a necessidade de preparar profissionais qualificados, com competências técnicas e atitudes que contemplem as necessidades específicas desta idade.

As vozes empíricas dos pró-reitores acadêmicos colocam a universidade em sintonia com a realidade do país, em face da transição demográfica. Entretanto, os resultados da pesquisa demonstram que as respostas não se dão na mesma proporção, pois a inserção da temática envelhecimento está se dando de forma gradativa ao longo de uma década, concretizada muito mais pela interdisciplinaridade do que pela necessidade de conteúdos específicos na instrumentalização dos futuros profissionais.

### **Importância do assunto envelhecimento para a graduação da área da Saúde**

As respostas às perguntas abertas do questionário dos cursos da área da saúde sinalizam uma multiplicidade de fatores que importam para a formação do estudante de graduação. De acordo com um dos coordenadores de curso de Odontologia, sobre saúde bucal do idoso:

É fundamental o assunto envelhecimento humano no currículo da Odontologia, pois

muitos tratamentos são realizados em virtude desse fenômeno, como próteses e implantes. Também é importante ressaltar que muitas outras disciplinas regulares abordam o tema envelhecimento, especialmente prótese parcial, total e implantodontia, devido à alteração das estruturas que ocorre pelo envelhecimento e deve ser levada em consideração durante os tratamentos (CCG1).

Na atenção à saúde, a Odontologia ocupa um lugar de destaque, à medida que tem uma relação direta com a qualidade de vida da pessoa idosa. Para o atendimento condizente com a especificidade desse segmento populacional é necessário conhecimento sobre o assunto, ou seja, sobre o processo de envelhecimento e habilidades necessárias para a intervenção. Com essa preocupação Martinelli et al. (2010) avaliaram o grau de conhecimento sobre o envelhecimento obtido no decorrer do curso de graduação por acadêmicos de odontologia e concluíram que não houve crescimento, sugerindo a inclusão de conhecimentos específicos sobre a temática na graduação. O conhecimento necessário, em consonância com a política do envelhecimento ativo é abrangente, extrapolando os conteúdos voltados ao processo de doença objeto da intervenção. Moesch e Campos (2016) também avaliaram o nível de conhecimento dos estudantes de odontologia concluindo que seus dados sugerem que o conhecimento dos acadêmicos advém muito mais da experiência em contatos informais do que da informação obtida no curso. Apontam as autoras para a fragilidade de conhecimento nos domínios psicológico e social.

Também para o curso de medicina a temática é relevante na percepção do coordenador de curso. A percepção deste coordenador de curso é complementada por outra manifestação, transcrita a seguir, de um curso de Medicina:

A temática é relevante na formação de profissionais de todas as áreas do conhecimento, sobretudo da saúde, uma vez que a expectativa de vida da população tem aumentado e lidar com o paciente idoso será uma prática crescente para o médico (CCG2).

De acordo com outra opinião (CCG3), há uma série de abordagens nos cursos de graduação sobre as políticas de saúde como aspectos técnicos em nível de prevenção e reabilitação importantes no processo formativo acadêmico/profissional. O presente estudo também sinaliza para a importância da formação de recursos humanos para Fisioterapia, considerando que a grande maioria dos atendimentos em clínicas e consultórios de Fisioterapia é de pessoas idosas, bem como existe uma demanda muito grande por grupos de atividade física voltada para eles.

Outras vozes empíricas ampliam essa necessidade de formação. Para CCG4, é de suma importância em função da realidade epidemiológica e também para preparar os futuros

profissionais para as novas demandas em saúde. O currículo da formação humana e científica deve contemplar de maneira significativa a saúde coletiva e os aspectos preventivos e interdisciplinares tão necessários para a atuação em Geriatria. Por isso, é importante pensar novos modelos de atuação profissional para a nova realidade. Se a população idosa aumenta, torna-se necessário pensar para além do assistencialismo e intervenção hospitalocêntrica.

A área da saúde tem sido muito investigada no que diz respeito a formação de profissionais preparados para atuar na área, pois encontramos muito estudos com esta temática. Em uma busca aleatória sobre estudos que tivessem por objeto a temática do envelhecimento no ensino na graduação encontramos 20 trabalhos desenvolvidos entre 2006 a 2016 e todos na área da saúde, envolvendo os cursos de Enfermagem, Terapia Ocupacional, Odontologia, Fisioterapia e Fonoaudiologia, reiterando a importância do envelhecimento como conteúdo curricular. Esses estudos implicaram análises de currículos de cursos, percepção de acadêmicos sobre o conteúdo dos cursos, avaliação de disciplinas e de conhecimentos, entre outros objetos de investigação. Cabe aqui destacar a tese de doutorado de Carvalho (2015) que ao analisar a inserção da temática “Saúde do Idoso” nos cursos de graduação em Educação Física, Enfermagem e Nutrição nas universidades públicas do Rio de Janeiro concluiu “que a inserção da temática nos currículos se dá mais por meio da abordagem das doenças comuns ao envelhecimento do que pelo aspecto da promoção da saúde e das políticas públicas”. Também foi objeto de estudo de Carvalho uma análise quanto à posição dos docentes envolvidos com a saúde do idoso nos cursos já referidos evidenciando que os mesmos mantêm pesquisas e atividades isoladas e sem muita articulação, havendo a necessidade de estabelecimento de parcerias e de redes de cooperação mais consistentes para um melhor desenvolvimento e maior visibilidade da sua área de atuação, em parte porque essa temática é secundária na carreira dos docentes, evidenciando pouca e ainda inexpressiva inserção da temática nos currículos como uma realidade até mesmo mundial. Dois aspectos nos chamam a atenção nas considerações de Carvalho, um é quanto a abordagem da saúde do idoso que, voltada a doença, deixa de contemplar aspectos do envelhecimento pertinentes aos domínios psicológicos e sociais e, o outro, diz respeito a posição dos professores nos cursos que secundarizando a temática, fragilizam a temática dificultando sua inserção no currículo, porque como diz Macedo (2013) também no currículo há relações de poder.

### **Importância do assunto envelhecimento para a graduação na área da mobilidade**

O tema da mobilidade de pessoas idosas em centros urbanos aparece em diversos

estudos. Fernandes (2000) diz que os idosos vêm encontrando dificuldades para a execução da mobilidade, pois se deparam com calçadas esburacadas, degraus, bloqueios físicos, falta de calçamentos, os degraus de acesso a prédios e no transporte coletivo inadequado, a falta de sinalização e travessias adequadas. Por isso, existe a necessidade de um planejamento urbano para todas as idades (FERNANDES, 2000).

O direito à mobilidade urbana implica na existência de condições ambientais adequadas tanto à demanda quanto à condição física e funcional das pessoas. As idosas, em situação de fragilidade ou limitação funcional, fazem parte de um subgrupo peculiar quando se trata das questões referentes à utilização dos espaços urbanos e dos meios mais habituais de transporte. Há, de um lado, limitações que dificultam o uso independente de equipamentos e recursos projetados para adultos jovens saudáveis e competitivos e, por outro, a gradual perda de autonomia e liberdade individual. De acordo com CCG3, “o currículo trata de assuntos relacionados à mobilidade e à acessibilidade dos indivíduos e o envelhecimento humano é um fator que leva a dificuldade de movimentação”.

Neste sentido, os projetos arquitetônicos a serem desenvolvidos por futuros engenheiros e arquitetos devem levar em conta esse fator ao projetar uma edificação, residencial, comercial ou de serviços públicos, com acessibilidade universal. Além do fator segurança, a mobilidade urbana implica no atendimento de necessidades dos idosos.

### **Importância do assunto envelhecimento para a graduação na área da Educação**

A formação na área da educação está imbricada com a oferta formal e informal. Nas universidades, sobretudo nos cursos de licenciatura, estão presentes no currículo pressupostos que se articulam nas dimensões de educação escolar e não escolar. Neste sentido, as vozes empíricas da pesquisa colaboram com a ideia de que é relevante a formação inicial do docente devido à natureza da formação dos profissionais que irão atuar em diferentes espaços, onde se dá o ato educativo, com o público de todas as idades, desde a infância até a velhice. Sinalizam também o envelhecimento como tempo e possibilidade de aprendizagem.

Os diferentes cursos de graduação da área de educação possuem olhares multifacetados sobre a formação para o atendimento da pessoa idosa, em curso de bacharelado, licenciatura e tecnólogo. A leitura dos dados empíricos permite compreender a ênfase dos cursos de Educação Física acerca do corpo e do movimento humano. Para uma das vozes empíricas da pesquisa (CCG5), “além das disciplinas obrigatórias é preciso criar atividades de pesquisa e extensão que dialoguem com o ensino no sentido de criar condições

para que futuro egresso possa intervir em espaços educativos voltados ao idoso”.

Neste sentido, as atividades de dança, jogos, natação e hidroginástica etc. são aportes para a observação e compreensão das fases do desenvolvimento humano e dos problemas causados pelo declínio biológico. Para CCG6, “a dança trabalha com e através do corpo e, desta forma, é necessário compreender os aspectos que envolvem o envelhecimento humano”.

### **Importância do assunto envelhecimento para a graduação de Serviço Social**

Encontramos respostas de professores e coordenadores de cursos de graduação em Serviço Social que sinalizam a relevância desse assunto para a formação de futuros profissionais da área. Dizem que entender o processo de envelhecimento humano e vivenciar atividades neste contexto pode contribuir com a formação acadêmica e profissional dos alunos, além de possibilitar a reflexão sobre esse assunto na sociedade. O principal fator é a necessidade da inclusão dos idosos em todos os contextos de convivência, tendo em vista a expectativa de vida alcançada hoje na população brasileira. Porque há uma necessidade de inclusão dos idosos nos inúmeros contextos sociais, culturais, políticos e econômicos, tendo em vista a expectativa de vida da população brasileira.

### **Referências**

ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. Tradução de Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1981.

ARRUDA, I.E.A. Reflexões sobre o idoso e o programa Universidade da Terceira Idade. RBCEH, Passo Fundo, v. 4, n. 2, p. 94-113, jul./dez. 2007.

BLESSMANN, Eliane Jost; ACOSTA, Marco Aurélio; AREOSA, Silvia Virginia Coutinho. Histórico do Fórum Gaúcho das Instituições de Ensino Superior com ações voltadas ao envelhecimento. In: AREOSA, Silvia Virginia Coutinho (org.). Envelhecimento e Universidade: um estudo do Fórum Gaúcho das IES do Rio Grande do Sul, São Leopoldo: Casa Leiria, 2015. p. 9 – 20.

CACHIONI, Meire; AGUILAR, Luis E. - O envolvimento da Universidade em relação ao tema velhice: a palavra de coordenadores de programas. Estud. Interdiscip. Envelhec., Porto Alegre, v 13, n 2 p 237-258, 2008.

DEBERT, Guita G. - A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. SP: Editora da Usp: Fapesp, 1999.

DOLL, Johannes. Educação e envelhecimento: fundamentos e perspectivas. A terceira idade,

SP: v.19, n 43, p. 7-26, out 2008.

FERNANDES, J. C. Urbanismo e envelhecimento: algumas reflexões a partir da cidade de Urbelândia. *Revista Caminhos de Geografia*, v. 1, n. 2, p. 31-49, 2000.

FREITAS, E. V. et al. *Tratado de geriatria e gerontologia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103166X2006000200003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103166X2006000200003&script=sci_abstract&tlng=pt). Acessado em 15/08/2018.

MACEDO, Roberto Sidnei. *Currículo: campo, conceito e pesquisa*. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MARTINELLI, T.M; DUARTE, D. E. F; AROCA, J. P; DA SILVA, J.R; MENDONÇA, M.J. Avaliação do grau de conhecimento dos alunos do curso de graduação em odontologia sobre o envelhecimento. Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Departamento de Odontologia/Cascavel, PR, 2010. Disponível em: <<http://anais.unicentro.br/xixeaic/pdf/1910.pdf>> Acesso em: 23/08/2018.

MOESCH, Luiza; COSTA, Juliana Campos da. O envelhecimento na perspectiva de estudantes de odontologia: uma análise baseada no “Fact on Aging Quis”. Trabalho de conclusão de curso (graduação). Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências da Saúde, Curso de Odontologia, RS, 2016. Disponível em < <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/2529>>. Acesso em 23/08/2018.

NAÇÕES UNIDAS. A ONU e as pessoas Idosas. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-idosas/>. Acesso em maio 2018.

NERI, Anita Liberalesso; JORGE, Mariana Dias. Atitudes e conhecimentos em relação à velhice em estudantes de graduação em educação e em saúde: subsídios ao planejamento curricular. *Estud. Psicol. (Campinas)* [online]. 2006, vol. 23, n. 2, p. 127-137. Disponível em: OLIVEIRA, R.C.S.; SCORTEGAGNA, P.A.; SILVA, F.O.A. A educação permanente protagonizada pelo idoso na universidade aberta para a terceira idade/UEPG. *Revista Eletrônica de Extensão, Florianópolis*, v. 14, n. 27, p. 19-33, 2017.

*Revista Kairós Gerontologia*, São Paulo v.14, n. 2, p.143-159, 2011.

ROZENDO, A.; JUSTO, J.S. *Velhice e Terceira Idade: tempo, espaço e subjetividade*. SACRISTÁN, J. Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, F.M. Reflexões sobre a Universidade Aberta a Terceira Idade (UnTI) na gestão das Universidades Públicas Federais do Brasil. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Administração, Florianópolis, 2017.

SILVA, Luna Rodrigues Freitas. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.155-168, jan.-mar. 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*.

Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Active Ageing. A Police Framework. 2002. Disponível em: <https://extranet.who.int/agefriendlyworld/wp-content/uploads/2014/06/WHO-Active-Ageing-Framework.pdf>. Acesso em maio 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Envelhecimento Ativo: uma política de saúde. Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS-OMS. 2005. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento\\_ativo.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf). Acesso em maio 2018.